

ISSN 1984-5588

Textos para Discussão N° 75

Secretaria do Planejamento e Gestão
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Déficit em transações correntes: o retorno

Teresinha da Silva Bello

Porto Alegre, junho de 2010



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário: Mateus Affonso Bandeira



DIRETORIA

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

CENTROS

Estudos Econômicos e Sociais: Sônia Rejane Unikowski Teruchkin

Pesquisa de Emprego e Desemprego: Roberto da Silva Wiltgen

Informações Estatísticas: Adalberto Alves Maia Neto

Informática: Luciano Zanuz

Editoração: Valesca Casa Nova Nonnig

Recursos: Alfredo Crestani

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Deficit em transações correntes: o retorno

Teresinha da Silva Bello*

Resumo

O texto aborda a volta do déficit em transações correntes no balanço de pagamentos do Brasil e faz algumas considerações sobre seus efeitos na economia brasileira. Ressalta que embora, atualmente, a situação do País seja melhor do que na década de 90, o risco de uma retomada da vulnerabilidade externa ainda existe, senão imediatamente, dentro de algum tempo, caso esse déficit persista por um período mais longo.

Palavras chave: balanço de pagamentos; vulnerabilidade externa; déficit em transações correntes.

Abstract

This paper discusses the return of the current account deficit in the Brazilian balance of payments and makes some considerations about its effects on the Brazilian economy. It points out that although the country's current situation is better than in previous decades, the risk of the country returning to a state of external vulnerability still exists, if not immediately, some time in the future, if this deficit persists for a longer period.

Key words: balance of payments; external vulnerability; current account deficit.

Classificação do JEL : F32

INTRODUÇÃO

Entre 1947 e 2002 o Brasil conviveu com déficits em transações corrente mas, de 2003 até 2007, vinha conseguindo superávit em suas contas correntes, graças ao bom desempenho de sua balança comercial, cujos resultados positivos bateram todos os recordes em 2006. Nesse período houve um aumento do comércio internacional, resultado do crescimento a taxas elevadas da economia mundial. Com a ampliação da demanda global, registrou-se uma expressiva elevação dos preços das diferentes *commodities* exportadas pelo Brasil, o que resultou em um choque externo positivo sobre as exportações brasileiras, apesar da valorização do real, iniciada em 2003. Mercadorias associadas às extrações mineral e de minerais metálicos, produtos de minerais não metálicos, de metal e metalurgia registraram desempenho bastante favorável (PUGA, 20.06.2006). Do mesmo modo, produtos em que o Brasil tem históricas vantagens comparativas, como os da

* Economista da FEE. A autora agradece a leitura atenta e crítica dos economistas Álvaro Garcia, Bely Macadar e Sônia Teruchkin, isentando-os pelos equívocos e erros remanescentes.

agropecuária, foram favorecidos pelo aumento da demanda mundial, capitaneado pela expansão da economia chinesa.

Também contribuiu para o aumento nos preços das *commodities* a especulação financeira nesse mercado, fruto do excesso de liquidez existente no sistema financeiro mundial. Muitos especuladores voltaram-se para a compra e venda de *commodities* com fins meramente especulativos, o que pressionou para cima as cotações dessas mercadorias.

Da mesma forma, nesse período, a ampliação dos mercados de destino de seus produtos colaborou para o bom desempenho das exportações brasileiras.

A partir de 2008, com a crise mundial e o real mantendo-se valorizado, o País novamente voltou a registrar déficits em suas transações (DTC) com o exterior. Assim, o presente texto pretende fazer algumas considerações sobre o atual déficit em conta corrente brasileiro.

O ATUAL DÉFICIT EM TRANSAÇÕES CORRENTES

Com o dólar barato e a economia brasileira se expandindo, o DTC - velho conhecido e assustador na época das agruras cambiais brasileiras - está crescendo embora, até o presente, ainda não ofereça riscos demasiados. Portanto, parece interessante uma discussão a respeito de o País ter ou não superado sua vulnerabilidade externa endêmica. Conforme a tabela 1, as projeções do Banco Central (Bacen) , em março de 2010, eram de um saldo negativo em transações correntes da ordem de US\$ 49 bilhões para este ano, posição considerada conservadora por muitos analistas, com previsões de déficit acima de US\$ 50 bilhões (MING, 23.3.2010).

Vários fatores vêm contribuindo para esse saldo negativo além da perda de vigor das exportações, resultado da crise mundial aliada à valorização cambial. Dentre outros, podem ser citados o crescimento acelerado das importações, o maior gasto dos brasileiros com viagens ao exterior, o aumento das remessas de lucros e dividendos pelas empresas multinacionais com sede no Brasil e os maiores gastos com transporte (fretes e passagens), todos eles decorrentes da retomada de ritmo da economia do País e do dólar barato.

Mesmo as transferências unilaterais - alimentadas em grande parte por remessas de brasileiros residentes fora do País e que anteriormente contribuíam de forma significativa para compensar o rombo crônico na conta de serviços e rendas - diminuíram após a

deflagração da crise mundial de 2008. Isso porque muitos desses emigrantes perderam seus empregos nos países desenvolvidos (especialmente Estados Unidos e Japão) e, com o melhor desempenho da economia brasileira, uma parcela deles tem retornado ao Brasil. No caso do Japão, o governo daquele país, inclusive, ofereceu incentivos para que os migrantes retornassem. Paralelamente, desde 2004 o Brasil tem atraído imigrantes, especialmente da América Latina, que por aqui buscam trabalho, o que também tem contribuído para diminuir o saldo das transferências unilaterais e, conseqüentemente, das transações correntes, pois essa parcela de trabalhadores aqui instalados costuma transferir recursos para seus países de origem (EMIGRANTE, 05.03.2010).

Outro agravante diz respeito aos investimentos brasileiros diretos no exterior (IBDE), visto que, de acordo com a tabela 1, em 2009 as empresas brasileiras trouxeram de volta US\$ 10 bilhões e, para 2010, o Bacen prevê uma saída líquida de US\$ 15 bilhões, sendo que no primeiro trimestre deste ano o montante de IBDEs dirigidos ao exterior superaram os investimentos externos diretos (IED) no País e estes não foram suficientes para cobrir o déficit na conta corrente.

Essa guinada no saldo da conta corrente ganha importância quando se leva em conta a fonte de recursos para o seu financiamento: se oriundos da balança comercial ou da conta de capital e financeira. Isso porque os dólares obtidos com exportações não implicam compromissos de gastos futuros, enquanto aqueles oriundos de empréstimo ou de investimentos no País podem acarretar posteriores pagamentos como juros ou remessa de lucros e, quando derivam de empréstimos em moeda, estes ainda terão de ser amortizados futuramente. Na tabela 1 (ver anexo) é possível verificar que, em 2009, os investimentos estrangeiros diretos no País somaram US\$ 25.949 milhões, enquanto as remessas de lucros e dividendos (líquido) totalizaram US\$ 25.218 milhões. Assim, o financiamento do DTC via conta de capital e financeira pode vir a significar, em um prazo mais longo, um aumento da vulnerabilidade externa do País.

Levando-se em conta que o Bacen prevê para 2010 uma entrada líquida de IED no valor de US\$ 45 bilhões, pelos cálculos da instituição haveria uma falta de US\$ 4 bilhões, os quais teriam de ser cobertos de alguma outra forma, tal como investimentos em carteira (ações e renda fixa) que são recursos destinados ao mercado de capitais; empréstimos do

setor financeiro externo para empresas brasileiras¹; ou uso das reservas internacionais do País, que em março de 2010 giravam em torno dos US\$ 244 bilhões.

Na tabela 2 (ver anexo) é possível constatar que 2010 pode ser o primeiro ano, desde 2001, em que o IED não cobrirá a necessidade de financiamento externo, apesar das boas perspectivas de crescimento para a economia brasileira, fato este que tenderia a estimular a vinda dessa espécie de capital para o Brasil. E é arriscado financiar um DTC por investimentos em carteira, por serem estes mais voláteis.

Em 2001, esse desequilíbrio entre o fluxo de investimentos diretos e o déficit em transações correntes agravou o clima de instabilidade econômica existente à época e ajudou a empurrar a economia para uma grave crise cambial, já que o nível das reservas estava bem mais baixo do que o atual, sendo as mesmas consideradas insuficientes para enfrentar um colapso no BP. Com relação ao uso das reservas cambiais - embora estas sejam consideradas de fundamental e destacada importância para a superação da vulnerabilidade externa – no caso de crises seu volume pode ser insuficiente para enfrentar um período mais longo de dificuldades nas contas externas, bastando para isso uma debandada dos capitais de curto prazo aliada a uma interrupção no crédito externo, tanto para empréstimos em moeda quanto para aquisição de bens importados.

Vale salientar, porém, conforme as tabelas 2 e 3, que em 2001 o déficit de US\$ 23 bilhões representava aproximadamente 65% das reservas internacionais do País enquanto, atualmente, caso as reservas se mantenham em torno dos US\$ 244 bilhões até o final do ano e o DTC feche 2010 em US\$ 49 bilhões, este representará apenas 20% das reservas.

Além disso, o déficit atual não está relacionado ao endividamento externo do Brasil, como ocorreu nas décadas de 80 e 90 e nos primeiros anos do século XXI. Agora, parcela substancial das remessas ao exterior são retornos de ganhos com investimentos diretos no País (lucros e dividendos) enquanto no passado representavam pagamentos de juros. É uma situação bem mais confortável, pois se a atividade econômica se reduz, as remessas também tendem a cair (muito embora uma taxa de câmbio valorizada favoreça envios ao exterior, mesmo com a economia em recessão), ao passo que os juros tinham de ser pagos, independentemente da situação econômica. Destaque-se também – e isso é de grande importância para os credores externos – que desde 2007 a dívida líquida do País é negativa,

¹ Os empréstimos intercompanhias de empresas estrangeiras já estão computados nos IEDs.

ou seja, o nível das reservas ultrapassa o valor da dívida bruta, o que pode ser observado na tabela 4 (ver anexo).

No discurso otimista, a retomada do crescimento econômico do País, mais destacada a partir do segundo trimestre de 2009 e ocorrida antes da de outros países, também tem contribuído positivamente para o fluxo cambial do segmento financeiro. Nessa visão, com a boa resposta da economia brasileira, dentro do clima de incertezas e de poucas perspectivas nos países desenvolvidos, o capital estrangeiro tem buscado alternativas no Brasil, e a expectativa de melhor desempenho da atividade econômica estimulou os estrangeiros a fazerem investimentos diretos, mas principalmente a comprarem ações em bolsa. Em 2009, conforme a tabela 5, o investimento direto líquido totalizou US\$ 36.033 milhões, sendo US\$ 25.949 milhões de IED e US\$ 10.084 milhões de IDBs repatriados. Já os investimentos em carteira (resultado líquido) alcançaram US\$ 50.283 milhões, dos quais US\$ 39.653 milhões em ações e US\$ 10.629 milhões em renda fixa.

Essa preferência pelo mercado de ações, por parte dos aplicadores estrangeiros, pode ser explicada pela liquidez existente nesse tipo de aplicação, o que facilita sua retirada do País, em caso de crise. Entretanto, a maioria dos recursos externos captados para a bolsa de valores brasileira não se destina ao fomento da economia, visto tratarem-se de operações no mercado secundário, representando assim apenas a transferência de propriedade de papéis, como bem destacou Delfim Netto:

“Neste momento, há um grande entusiasmo no e com o Brasil e isso tem atraído muito capital estrangeiro. Parte é investimento direto, sadio, necessário. Mas o grosso tem ido para a Bolsa de Valores. Quem coloca dinheiro aqui tem obtido remuneração de 7%, 8% ao mês, em dólar. O efeito disso é devastador sobre a taxa de câmbio. É um sistema que se auto-alimenta e que não presta nenhum serviço mais importante. Essa valorização da Bolsa é uma transferência de propriedade para o papel, a não ser quando é uma emissão nova, que alimenta um investimento novo na empresa emissora.” (DELFIN NETTO, 2010)

Embora os investimentos em carteira sejam mais voláteis do que os investimentos diretos, é importante destacar que estes últimos também contém um componente volátil, correspondente aos empréstimos intercompanhias. À primeira vista, sem uma abertura maior das contas do balanço de pagamentos, os investimentos diretos podem ser vistos – e é assim que geralmente são apresentados – como capitais de longo prazo, destinados a incrementar a produção. Entretanto, a conta de investimento direto se reparte em participação no capital e empréstimos intercompanhias. A primeira delas efetivamente é de

prazo mais longo, embora nem sempre se destine ao aumento da produção (novos investimentos) pois também pode refletir a aquisição de empresas já existentes. Já a segunda, por se tratar de empréstimos, possui um grau bem maior de volatilidade e nada garante que diante de uma crise os credores não vão optar pelo pagamento mais imediato da quantia emprestada.

No caso brasileiro, conforme pode ser visto na tabela 5, dos US\$ 36.033 milhões de investimento direto registrado em 2009, US\$ 6.042 milhões foram de empréstimos inter-companhias no País (multinacionais que trouxeram esse valor para o Brasil sob a forma de empréstimos) e US\$ 14.629 milhões foram de empresas brasileiras com filiais no exterior que para cá portaram essa quantia, tendo em vista os juros bem mais baratos no exterior.

“A separação dos IED em participação no capital e em empréstimos intercompanhia – coisas, de fato, muito diferentes -, a partir dos anos 90, foi um passo na direção de rever o caráter de aplicação produtiva e de longo prazo de que eles se revestiam.” (KUPFER, 14.04.2010)

Paralelamente,

“as taxas médias de juros para empréstimos privados de países emergentes são as menores desde o final de 2007. Estão mais ou menos três pontos percentuais acima dos títulos do governo americano de prazo de dez anos, em tese o negócio mais seguro do mundo”.(FREIRE,09.04.2010)

Dado o estado ainda bastante incerto de grande parte das economias desenvolvidas, especialmente na zona do euro, as taxas de juros internacionais vão demorar para se elevarem. Enquanto isso, países emergentes – com destaque os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) estão com suas economias aquecidas, o que os torna atraentes para os capitais em busca de lucratividade. Com a taxa primária de juros, até o momento, em 9,5% ao ano, enquanto as economias mais importantes do mundo mantêm os seus juros básicos em níveis baixíssimos, o Brasil tem se apresentado como um Eldorado para fazer *carry over* com linhas de crédito externas para aplicações também em renda fixa, além das acima referidas na bolsa de valores e empréstimos intercompanhias.

Para isso também contribuíram as agências internacionais avaliadoras de risco, das quais três das mais importantes já concederam ao Brasil o *investment grade*, reforçando a aposta dos investidores de que o País passaria bem pela crise. Aproveitando-se da liquidez abundante – alimentada pelos bancos centrais dos países ricos, na tentativa de enfrentar a crise - e pelos graus de investimento obtidos, o Brasil tem lançado eurobônus pagando os

menores juros de sua história. Em busca desses papéis de renda fixa acorreram do exterior os fundos de pensão e as seguradoras, bem como outros investidores mais avessos ao risco. Os empréstimos do governo brasileiro no mercado financeiro internacional também servem de referencial para a captação das empresas privadas, visto que, ao tomar dinheiro lá fora a taxas mais baixas, o governo sinaliza para os demais emprestadores o grau de confiabilidade para empréstimos ao Brasil.

Essa entrada de dinheiro explicou, em parte, a queda na cotação nominal do dólar ao longo de 2009. A outra grande causa seria a própria desvalorização da moeda norte-americana frente às demais. E o dólar, que no último dia de 2008 fechou o ano cotado em R\$ 2,34, encerrou 2009 valendo R\$ 1,74, mantendo-se próximo desse valor, com pequenas variações para cima e para baixo até meados de maio de 2010, quando este texto foi concluído.

É certo que, no curto prazo, o câmbio valorizado barateia os importados e aumenta o poder de compra dos salários. Mas, apesar de colaborar para a manutenção das taxas de inflação dentro da meta fixada pela autoridade monetária, o câmbio valorizado também traz efeitos indesejados para o balanço de pagamentos, como o aumento das importações e o encarecimento das exportações, especialmente de produtos industrializados, o que lhes retira competitividade. Em um período de retração na demanda mundial, dos dez principais produtos manufaturados exportados no primeiro trimestre de 2010², apenas automóveis, laminados planos, calçados e aparelhos transmissores registraram queda de preço. Na tabela 6 é possível verificar que, entre o primeiro trimestre de 2009 e os três primeiros meses de 2010, embora tenha havido crescimento em valores exportados (tabela 6-a), em todos os itens, a menor variação esteve por conta dos manufaturados (tabela 6-c), o que se refletiu na sua menor participação no total exportado pelo País. Enquanto os produtos básicos e os semimanufaturados ganharam representatividade, os manufaturados perderam quase três pontos percentuais, conforme pode ser visto na tabela 6-b.

A moeda valorizada aliada a uma fase de crescimento econômico, como tem sido o caso do Brasil na atualidade, não só estimula as importações e os empréstimos externos. Ela também provoca mais remessas de lucros e dividendos, agravando o déficit nas contas correntes. E este, mesmo sendo coberto por entrada de capital, torna o País mais vulnerável

² Automóveis de passageiros; aviões; óleos combustíveis (óleo diesel, *fuel oil*, etc); partes e peças para veículos automóveis e tratores; açúcar refinado; produtos laminados planos de ferro ou aço; calçados, suas partes e componentes; óxidos e hidróxidos de alumínio; polímeros de etileno, propileno e estireno; e aparelhos transmissores ou receptores e componentes.

às flutuações internacionais. Se agora as taxas de juros externos estão baixas, em algum momento elas deverão subir e, quando isso ocorrer, será melhor que as contas correntes do País estejam, pelo menos, equilibradas. Isso porque, caso as taxas de juros nos países desenvolvidos se elevem, certamente haverá um desvio de recursos dos países emergentes para os desenvolvidos, considerados mais seguros pelos aplicadores estrangeiros, o que agravará as contas externas dessas nações em desenvolvimento.

Entretanto, as questões com a valorização cambial não param por aí. A excessiva valorização da moeda poderá destruir muitas das cadeias produtivas. Conforme a tabela 7, o grande motor das importações tem sido as compras de bens de consumo duráveis, de combustíveis e lubrificantes e de insumos industriais, ao passo que os bens de capital, apesar do crescimento econômico da economia brasileira em 2010, tiveram um aumento menor do que os demais itens. Confirmando o exposto, a tabela 8 mostra que no primeiro trimestre de 2010 houve um acréscimo de mais de 100% nas importações de semimanufaturados, o que poderia indicar não apenas um aumento atrelado à variação na atividade econômica, mas também uma substituição de fornecedores nacionais por estrangeiros. Ou seja, as empresas estariam incorporando cada vez mais componentes importados aos seus produtos vendidos tanto no mercado interno quanto no externo.

Assim, as cadeias produtivas estariam menos integradas internamente, havendo uma perda de “densidade industrial”. Algumas empresas, inclusive, para se defender, acabariam deixando o País. Outras tantas, se antes utilizavam insumos e matérias-primas produzidos internamente, criando empregos, poderiam passar a importar componentes, eliminando postos de trabalho. E muitas empresas que até então eram exportadoras líquidas (suas exportações eram maiores que suas importações) poderiam agora transformar-se em importadoras líquidas. Ou seja: se antes geravam divisas para a balança comercial, agora seriam deficitárias.

Mas o problema não se limita apenas ao fato de essas empresas estarem substituindo componentes nacionais por importados, rompendo as cadeias produtivas e afetando a absorção de mão-de-obra. Ao optarem por fornecedores externos elas se tornam mais vulneráveis à variação cambial (especialmente aquelas voltadas para o mercado interno) pois uma eventual desvalorização do real teria efeito imediato sobre os seus custos de produção. Já as firmas exportadoras ficam mais protegidas que as voltadas para o mercado interno porque o maior uso de componentes importados lhes permite fazer *hedge* em relação a oscilações no câmbio: se este se valoriza, parte das perdas na receita em reais

com as exportações é compensada pelos menores custos de produção; e se a moeda nacional se desvaloriza, o aumento nos custos é contrabalançado pela melhora na receita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reservas, embora em níveis recordes, facilmente poderão esvair-se caso haja uma retração no fluxo de capitais externos para o País, qualquer que seja o motivo para essa queda (outra crise internacional ou elevação nos juros externos, por exemplo), haja vista as costumeiras fugas de capital, em especial daqueles de curto prazo, a cada crise deflagrada na economia mundial. Até porque o maior volume de capital que tem se deslocado para o Brasil neste ano é de curto prazo (investimentos em carteira) e o investimento direto líquido, no primeiro trimestre de 2010, apresentou um resultado negativo de aproximadamente US\$ 271 milhões, apesar das previsões de que o ano será encerrado com a entrada de US\$ 45 bilhões de investimento externo direto.

Assim, por tudo o que foi visto até agora, pode-se concluir que enquanto o fluxo de capital for capaz de cobrir o déficit em conta corrente sem necessidade de o Brasil recorrer às suas reservas cambiais, o País deverá continuar financiando o DTC sem maiores atropelos, criando a ilusão de que esse fluxo será perene. Entretanto, se o déficit em transações correntes for maior do que o superávit na conta de capital e financeira ou se, na pior das hipóteses, esta também apresentar-se deficitária e o País tiver de recorrer às suas reservas cambiais, em um curto espaço a penúria cambial poderá voltar já que, estruturalmente, o Brasil ainda é um país vulnerável financeiramente em relação ao exterior, com ou sem crise externa.

REFERÊNCIAS

- DELFIN NETTO, Antônio – A lição a aprender . In: Sergio Lirio, **Carta Capital** - 11/01/2010. Disponível no site: <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2010/1/11/a-licao-a-aprender>
- EMIGRANTE volta, e remessa cai 34% - **Folha de São Paulo**, 05.03.2010. Disponível no site <http://www.andima.com.br/clipping/050310/index.html>
- FREIRE, Vinicius Torres – A volta da dinheirama. **Folha de São Paulo**, 09.04.2010. disponível no site: http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1703
- KUPFER, José Paulo – Investimentos diretos: você tem certeza de que são destinados à produção? **Estadão Online**, 14.04.2010. disponível no site: http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1703
- MING, Celso – Aumenta o rombo. **O Estado de São Paulo**. 23.03.2010. Disponível no site <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2010/3/23/aumenta-o-rombo>
- PUGA, Fernando Pimentel – Porque crescem as exportações. **Visão do Desenvolvimento**. BNDES, 20.06.2006, nº1, disponível no site http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/visao_01.pdf

ANEXO (tabelas)

Tabela 1 - Contas externas - Usos e fontes de recursos US\$ milhões

Período	2009		2010	
	Jan-Mar	Ano	Jan-Mar	Ano ^{1/}
Usos	- 9 890	- 54 423	- 21 181	-76,0
Transações correntes	- 4 938	- 24 302	- 12 145	-49,0
Balança comercial	2 988	25 290	892	10,0
Exportações	3 1 178	152 995	39 230	173,0
Importações	- 28 189	- 127 705	- 38 337	-163,0
Serviços e rendas	- 8 788	- 52 930	- 13 823	-62,5
Juros	- 2 570	- 9 069	- 3 053	-8,3
Receitas	1 879	6 930	1 293	7,0
Despesas	- 4 449	- 15 999	- 4 346	-15,2
Lucros e dividendos	- 3 556	- 25 218	- 4 586	-32,0
Receitas	361	1 231	132	1,1
Despesas	- 3 917	- 26 449	- 4 717	-33,1
Viagens internacionais	- 495	- 5 594	- 1 685	-7,5
Demais	- 2 166	- 13 049	- 4 499	-14,7
Transferências unilaterais correntes	862	3 338	786	3,5
Amortizações de médio e longo prazos ^{2/}	- 4 952	- 30 121	- 9 036	-27,0
Bônus, notes e commercial papers ^{3/}	- 2 269	- 13 028	- 5 485	-12,4
Pagos	- 2 250	- 13 006	- 5 418	-12,3
Conversões em IED	- 19	- 21	- 67	-0,1
Crédito de fornecedores	- 698	- 3 787	- 803	-2,5
Dos quais conversões	- 30	- 101	- 8	0,0
Empréstimos ^{4/}	- 1 986	- 13 307	- 2 748	-12,0
Dos quais conversões	- 4	- 4	-	-
Fontes	9 890	54 423	21 181	76,0
Conta capital	338	1 129	239	1,0
Investimentos estrangeiros diretos	5 342	25 949	5 656	45,0
Participação no capital (líquido)	2 496	19 906	4 554	35,0
Empréstimos intercompanhias (líquido)	2 847	6 042	1 102	10,0
Investimento em papéis domésticos e ações	- 1 688	47 148	9 749	35,0
Desembolsos de médio e longo prazos ^{5/}	4 920	35 830	14 866	31,4
Bônus, notes e commercial papers	1 739	12 606	5 229	11,3
Crédito de fornecedores	522	2 742	593	3,9
Empréstimos	2 658	20 482	9 044	16,2
Ativos brasileiros no exterior	314	- 15 845	- 7 899	-26,4
Investimentos brasileiros diretos no exterior	392	10 084	- 5 928	-15,0
Depósitos e títulos de bancos	2 540	- 1 868	5 354	-3,4
Demais ativos	- 2 618	- 24 062	- 7 325	-8,0
Curto prazo e demais ^{6/}	- 518	6 864	4 729	-
Ativos de reservas	1 182	- 46 651	- 6 160	-10,0
Memo:				
Transações correntes/PIB (%)	-1,74	-1,54	-2,63	-2,53
IED/PIB (%)	1,89	1,65	1,22	2,32

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Projeção. Em US\$ bilhões.

2/ Registra amortizações de crédito de fornecedores de médio e longo prazos, empréstimos de médio e longo prazos e papéis de médio e longo prazos colocados no exterior.

Exclui amortizações de empréstimos tomados pelo Banco Central e de empréstimos intercompanhias.

3/ Inclui projeção de exercícios de put/call de US\$1,5 bilhão.

4/ Registra amortizações de empréstimos concedidos por bancos estrangeiros, compradores, agências e organismos.

5/ Exclui desembolsos de empréstimos intercompanhias.

6/ Registra títulos de renda fixa de curto prazo negociados no exterior, empréstimos de curto prazo, crédito comercial de curto prazo, derivativos financeiros, depósitos de não residentes, outros passivos, erros e omissões.

* Dados preliminares.

Tabela 2 Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo

US\$ milhões

Discriminação	Saldo de transações correntes			Investimentos estrangeiros diretos			Necessidade de financiamento externo		
	Valor	% PIB		Valor	% PIB		Valor	% PIB	
	Mensal	Últimos	Últimos	Mensal	Últimos	Últimos	Mensal	Últimos	Últimos
		12 meses	12 meses		12 meses	12 meses		12 meses	12 meses
2001 Dez	- 1 787	- 23 215	-4,19	3 659	22 457	4,06	- 1 872	757	0,14
2002 Dez	- 84	- 7 637	-1,51	1 503	16 590	3,29	- 1 419	- 8 954	-1,78
2003 Dez	343	4 177	0,75	1 409	10 144	1,83	- 1 752	- 14 321	-2,59
2004 Dez	1 202	11 679	1,76	3 150	18 146	2,73	- 4 352	- 29 825	-4,49
2005 Dez	530	13 985	1,58	1 406	15 066	1,71	- 1 936	- 29 051	-3,29
2006 Dez	438	13 643	1,27	2 457	18 822	1,76	- 2 896	- 32 465	-3,03
2007 Dez	- 498	1 551	0,11	886	34 585	2,53	- 388	- 36 136	-2,64
2008 Dez	- 3 119	- 28 192	-1,72	8 115	45 068	2,75	- 4 997	- 16 866	-1,03
2009 Jan	- 2 766	- 26 929	-1,69	1 930	42 162	2,64	835	- 15 233	-0,95
Fev	- 613	- 25 653	-1,64	1 968	43 240	2,77	- 1 355	- 17 587	-1,13
Mar	- 1 559	- 22 869	-1,50	1 444	41 601	2,73	115	- 18 732	-1,23
Abr	105	- 19 720	-1,32	3 409	41 138	2,76	- 3 514	- 21 418	-1,44
Mai	- 1 770	- 20 705	-1,41	2 483	42 308	2,88	- 713	- 21 603	-1,47
Jun	- 575	- 18 498	-1,28	1 431	41 014	2,83	- 857	- 22 516	-1,55
Jul	- 1 623	- 17 953	-1,25	1 287	39 035	2,71	336	- 21 081	-1,46
Agô	- 809	- 17 679	-1,22	1 903	36 300	2,51	- 1 094	- 18 621	-1,29
Set	- 2 452	- 17 369	-1,18	1 816	31 875	2,16	635	- 14 506	-0,98
Out	- 3 018	- 19 148	-1,28	1 563	29 525	1,97	1 455	- 10 376	-0,69
Nov	- 3 273	- 21 471	-1,41	1 604	28 955	1,89	1 669	- 7 484	-0,49
Dez	- 5 950	- 24 302	-1,54	5 109	25 949	1,65	841	- 1 646	-0,10
2010 Jan	- 3 826	- 25 362	-1,55	789	24 808	1,52	3 036	555	0,03
Fev	- 3 252	- 28 001	-1,66	2 849	25 689	1,52	402	2 312	0,14
Mar	- 5 067	- 31 509	-1,79	2 018	26 263	1,50	3 050	5 247	0,30

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro líquido (inclui empréstimos intercompanhias).

Tabela 3 - Reservas internacionais no Banco Central do Brasil

US\$ milhões

Fim de período	Conceito caixa		Conceito liquidez ^{1/}		Meses de	Reservas líquidas ajustadas ^{2/}		
	Posição	Varição de posição	Posição	Varição de posição		Posição	Varição de posição	
1992	23 754	14 348	23 754	14 348	14	16 944	29 979	
1993	32 211	8 457	32 211	8 457	15	25 214	8 271	
1994	38 806	6 595	38 806	6 595	14	37 887	12 673	
1995	51 840	13 034	51 840	13 034	13	50 918	13 030	
1996	60 110	8 270	60 110	8 270	14	60 059	9 142	
1997	52 173	- 7 937	52 173	- 7 937	10	52 106	- 7 953	
1998	44 556	- 7 616	44 556	- 7 616	9	34 362	- 17 744	
1999	36 342	- 8 214	36 342	- 8 214	9	23 861	- 10 501	
2000	33 011	- 3 331	33 011	- 3 331	7	31 541	7 679	
2001	35 866	2 855	35 866	2 855	8	27 797	- 3 743	
2002	37 823	1 957	37 823	1 957	10	16 339	- 11 458	
2003	49 296	11 473	49 296	11 473	12	20 525	4 186	
2004	52 935	3 639	52 935	3 639	10	27 541	7 016	
2005	53 799	864	53 799	864	9	-	-	
2006	85 839	32 040	85 839	32 040	11	-	-	
2007	180 334	94 495	180 334	94 495	18	-	-	
2008	193 783	13 450	206 806	26 472	14	-	-	
2009	Jan	188 102	- 5 682	200 813	- 5 993	14	-	-
	Fev	186 880	- 1 221	199 412	- 1 401	14	-	-
	Mar	190 388	3 507	202 460	3 048	15	-	-
	Abr	190 546	158	201 317	- 1 143	15	-	-
	Mai	195 264	4 718	205 576	4 259	16	-	-
	Jun	201 467	6 203	208 425	2 849	17	-	-
	Jul	207 363	5 896	211 871	3 446	18	-	-
	Ago	215 744	8 381	219 054	7 183	19	-	-
	Set	221 629	5 885	224 213	5 159	20	-	-
	Out	231 123	9 494	232 920	8 707	22	-	-
	Nov	236 660	5 538	238 000	5 080	23	-	-
	Dez	238 520	1 859	239 054	1 054	22	-	-
	Ano	238 520	44 736	239 054	32 248	22	-	-
2010	Jan	240 484	1 964	240 823	1 769	22	-	-
	Fev	241 082	599	241 338	516	22	-	-
	Mar	243 762	2 680	243 953	2 614	21	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil

^{1/} Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.^{2/} As reservas líquidas ajustadas denominadas em dólares consideram as paridades do mês anterior para mensurar os ativos denominados em outras moedas que não o dólar norte-americano. Desde a liquidação da dívida junto ao FMI, ocorrida em dezembro de 2005, não mais se aplica esse conceito.

Tabela 4 - Dívida externa total por devedor

US\$ milhões

Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009			2010
	Dez	Dez	Dez	Dez	Jun	Set	Dez ^{1/}	Mar ^{1/}
Dívida de médio e longo prazos	150 674	152 266	154 318	161 896	163 046	167 374	167 220	172 273
Setor público não financeiro	87 567	76 263	70 250	67 335	68 706	75 060	77 155	79 000
Créditos banco-empresa	1 005	853	621	625	623	493	3 470	3 576
Importações financiadas	264	264	305	380	391	391	268	276
Empréstimos em moeda	741	589	316	245	232	102	3 202	3 300
Créditos empresa-empresa (fomecedores)	352	387	269	260	220	188	180	177
Demais	86 210	75 022	69 360	66 450	67 863	74 379	73 505	75 247
Setor privado e setor público financeiro	63 107	76 003	84 068	94 561	94 340	92 314	90 065	93 273
Créditos interbancários	4 803	5 298	8 206	10 136	9 901	9 198	9 437	11 165
Exportação	2 036	2 373	3 178	3 839	4 475	4 536	5 476	6 819
Importação	1 002	1 125	1 315	1 167	906	793	833	675
Demais	1 765	1 800	3 713	5 131	4 520	3 868	3 128	3 670
Créditos banco-empresa	7 107	15 823	12 884	19 403	21 889	22 244	23 498	27 414
Importações financiadas	2 793	2 317	6 612	14 648	16 682	17 214	18 201	21 234
Empréstimos em moeda	4 314	13 505	6 272	4 755	5 206	5 030	5 297	6 180
Créditos empresa-empresa (fomecedores)	4 072	4 482	4 794	5 646	4 307	3 053	2 958	2 720
Demais	47 125	50 401	58 184	59 376	58 243	57 819	54 171	51 974
Dívida de curto prazo	18 776	20 323	38 901	36 444	35 950	37 295	30 974	34 227
Setor público não financeiro	0	6	22	17	-	-	-	-
Obrigações do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-
Créditos de importação (Petrobras)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais	0	6	22	17	-	-	-	-
Setor privado e setor público financeiro	18 776	20 317	38 879	36 427	35 950	37 295	30 974	34 227
Créditos interbancários	15 701	16 527	27 613	28 220	29 429	28 409	21 999	22 566
Exportação	13 066	13 933	22 373	23 975	26 100	25 094	18 397	19 281
Importação	2 128	1 917	4 086	3 779	2 700	3 079	2 920	2 984
Demais	508	677	1 154	467	629	235	643	300
Créditos banco-empresa	446	700	543	689	807	1 149	1 115	1 149
Importações financiadas	40	26	5	205	452	281	294	303
Empréstimos em moeda	406	674	539	484	355	868	821	846
Créditos empresa-empresa (fomecedores)	349	341	112	318	194	225	167	167
Demais	2 281	2 749	10 610	7 200	5 520	7 513	7 733	10 345
Dívida externa total (A)^{2/}	169 450	172 589	193 219	198 340	198 996	204 670	198 194	206 499
Empréstimos intercompanhias (B)	18 537	26 783	47 276	64 570	71 111	77 172	79 372	79 557
Dívida externa total, mais empréstimos intercompanhias C=(A+B)	187 987	199 372	240 495	262 910	270 107	281 842	277 565	286 057
Memo (curto, médio e longo prazos):								
Linhas de crédito	33 835	44 410	55 042	65 298	67 370	64 958	62 785	68 933
Interbancários	20 504	21 825	35 819	38 357	39 330	37 606	31 396	33 730
Banco-empresa	8 558	17 376	14 048	20 717	23 319	23 886	28 084	32 138
Empresa-empresa (fomecedores)	4 772	5 210	5 175	6 224	4 721	3 466	3 306	3 065

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Dados estimados.

2/ Exclui estoque de principal relativo a intercompanhias. A partir de março de 2001, contempla revisão na posição de endividamento.

Tabela 5 - Balanço de pagamentos do Brasil

US\$ milhões

Tabela 5 - Balanço de pagamentos do Brasil	2009*		2010*	var % 1 trim
	Jan-Mar	Ano	Jan-Mar	2010/2009
Balança comercial (FOB)	2 988	25 290	892	-70,14
Exportações	31 178	152 995	39 230	25,83
Importações	28 189	127 705	38 337	36,00
Serviços e rendas	- 8 788	- 52 930	- 13 823	57,30
Receitas	9 199	36 554	9 409	2,28
Despesas	17 987	89 484	23 232	29,16
Transferências unilaterais correntes (líquido)	862	3 338	786	-8,83
Transações correntes	- 4 938	- 24 302	- 12 145	145,96
Conta capital e financeira	3 557	71 301	19 371	444,57
Conta capital ^{1/}	338	1 129	239	-29,30
Conta financeira	3 219	70 172	19 132	494,38
Investimento direto (líquido)	5 735	36 033	- 271	-104,73
No exterior	392	10 084	- 5 928	-1610,43
Participação no capital	70	- 4 545	- 6 628	-9613,69
Empréstimos intercompanhias	323	14 629	701	117,04
No país	5 342	25 949	5 656	5,88
Participação no capital	2 496	19 906	4 554	82,50
Empréstimos intercompanhias	2 847	6 042	1 102	-61,29
Investimentos em carteira	- 2 919	50 283	8 774	-400,55
Ativos	612	4 125	- 554	-190,60
Ações	- 0	2 582	274	-26558,20
Titulos de renda fixa	612	1 542	- 828	-235,31
Passivos	- 3 531	46 159	9 328	-364,17
Ações	- 33	37 071	5 270	-15972,42
Titulos de renda fixa	- 3 498	9 087	4 058	-216,01
Derivativos	204	156	- 26	-112,53
Ativos	249	322	20	-92,05
Passivos	- 45	- 166	- 45	0,41
Outros investimentos ^{2/}	199	- 16 300	10 655	5243,70
Ativos	- 939	- 30 376	- 1 437	52,94
Passivos	1 139	14 076	12 091	961,87
Erros e omissões	199	- 347	- 1 066	-636,44
Varição de reservas (- = aumento)	1 182	- 46 651	- 6 160	-621,24
Memo:				
Resultado global do balanço	- 1 182	46 651	6 160	-621,24
Transações correntes/PIB (%)	- 1,74	- 1,54	- 2,63	50,77
IED/PIB (%)	1,89	1,65	1,22	-35,10
Amortizações de médio e longo prazos	4 952	30 121	9 036	82,47
Pagas ^{3/}	4 922	30 020	8 961	82,04
Refinanciadas	-	-	-	
Conversões ^{4/}	30	101	75	153,87

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui transferências de patrimônio.

2/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos e operações de regularização.

3/ Registra amortizações de crédito de fornecedores de médio e longo prazos, empréstimos de médio e longo prazos e papéis de médio e longo prazos colocados no exterior.

Exclui amortizações de empréstimos intercompanhias. Inclui MYDFA.

4/ Registra conversões de crédito de fornecedores de médio e longo prazos, empréstimos de médio e longo prazos e papéis de médio e longo prazos colocados no exterior.

Tabela 6 Exportações do Brasil por fator agregado 1998-10

6-a Valores em US\$ mil

Ano/mês	Básicos	Industrializados (A+B)	Semimanufaturados (A)	Manufaturados (B)	Operações especiais	Total
1998	12.976.630	37.506.851	8.120.091	29.386.759	656.381	51.139.862
1999	11.827.714	35.312.933	7.981.817	27.331.116	872.142	48.012.790
2000	12.564.214	41.057.953	8.499.144	32.558.809	1.496.754	55.118.920
2001	15.349.157	41.200.952	8.243.720	32.957.232	1.736.484	58.286.593
2002	16.959.138	42.033.927	8.965.475	33.068.453	1.445.588	60.438.653
2003	21.186.281	50.708.651	10.944.949	39.763.702	1.308.290	73.203.222
2004	28.528.571	66.570.282	13.432.830	53.137.453	1.578.644	96.677.497
2005	34.723.705	81.323.200	15.962.531	65.360.669	2.482.279	118.529.184
2006	40.280.500	94.545.598	19.522.658	75.022.940	2.981.372	137.807.470
2007	51.595.635	105.742.766	21.799.871	83.942.894	3.310.673	160.649.073
2008	73.027.660	119.755.774	27.073.161	92.682.613	5.159.009	197.942.443
2009	62.156.087	88.042.608	20.502.083	67.540.525	2.796.047	152.994.743
Jan-mar	11.689.223	18.906.926	4.306.884	14.600.042	581.403	31.177.551
2010	15.510.000	22.795.935	5.583.953	17.211.982	923.868	39.229.803
Jan-mar	15.509.999	22.795.935	5.583.953	17.211.982	923.869	39.229.803

Fonte:MDIC/SECEX

6-b Participação % no total

Ano/mês	Básicos	Industrializados (A+B)	Semimanufaturados (A)	Manufaturados (B)	Operações especiais	Total
1998	25,37	73,34	15,88	57,46	1,28	100,00
1999	24,63	73,55	16,62	56,92	1,82	100,00
2000	22,79	74,49	15,42	59,07	2,72	100,00
2001	26,33	70,69	14,14	56,54	2,98	100,00
2002	28,06	69,55	14,83	54,71	2,39	100,00
2003	28,94	69,27	14,95	54,32	1,79	100,00
2004	29,51	68,86	13,89	54,96	1,63	100,00
2005	29,30	68,61	13,47	55,14	2,09	100,00
2006	29,23	68,61	14,17	54,44	2,16	100,00
2007	32,12	65,82	13,57	52,25	2,06	100,00
2008	36,89	60,50	13,68	46,82	2,61	100,00
2009	40,63	57,55	13,40	44,15	1,83	100,00
Jan-mar	37,49	60,64	13,81	46,83	1,86	100,00
2010	39,54	58,11	14,23	43,87	2,36	100,00
Jan-mar	39,54	58,11	14,23	43,87	2,36	100,00

Fonte dos dados brutos: MDIC/SECEX

6-c Variação percentual % em relação a igual período do ano anterior

Ano/mês	Básicos	Industrializados (A+B)	Semimanufaturados (A)	Manufaturados (B)	Operações especiais	Total
1998						
1999	-8,85	-5,85	-1,70	-7,00	32,87	-6,11
2000	6,23	16,27	6,48	19,13	71,62	14,80
2001	22,17	0,35	-3,01	1,22	16,02	5,75
2002	10,49	2,02	8,76	0,34	-16,75	3,69
2003	24,93	20,64	22,08	20,25	-9,50	21,12
2004	34,66	31,28	22,73	33,63	20,66	32,07
2005	21,72	22,16	18,83	23,00	57,24	22,60
2006	16,00	16,26	22,30	14,78	20,11	16,26
2007	28,09	11,84	11,66	11,89	11,05	16,58
2008	41,54	13,25	24,19	10,41	55,83	23,21
2009	-14,89	-26,48	-24,27	-27,13	-45,80	-22,71
Jan-mar						
2010						
Jan-mar	32,69	20,57	29,65	17,89	58,90	25,83

Fonte dos dados brutos: MDIC/SECEX

Tabela 7 Importações do Brasil por setores de contas nacionais

	Jan-mar 2010		Jan-mar 2009		Var % 2010/2009
	Valor US\$	Part %	Valor US\$	Part %	
TOTAL DO PERÍODO	38.337.455.039	100,00	28.189.381.042	100,00	36,00
BENS DE CAPITAL	10.724.286.915	27,97	8.569.794.838	30,40	25,14
BENS DE CAPITAL (EXC.EQUIP.DE TRANSPORTE USO INDUSTR.)	9.923.012.127	25,88	7.871.339.966	27,92	26,07
EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE DE USO INDUSTRIAL	801.274.788	2,09	698.454.872	2,48	14,72
BENS INTERMEDIARIOS	16.123.795.604	42,06	12.009.288.579	42,60	34,26
ALIMENTOS E BEBIDAS DESTINADOS A INDUSTRIA	830.270.897	2,17	772.807.522	2,74	7,44
INSUMOS INDUSTRIAIS	12.095.252.974	31,55	8.596.729.861	30,50	40,70
PECAS E ACESSORIOS DE EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	3.151.469.361	8,22	2.631.516.585	9,34	19,76
BENS DIVERSOS	46.802.372	0,12	8.234.611	0,03	468,36
BENS DE CONSUMO	5.386.928.536	14,05	3.836.745.286	13,61	40,40
BENS DE CONSUMO DURAVEIS	2.200.970.006	5,74	1.297.003.583	4,60	69,70
BENS DE CONSUMO NAO DURAVEIS	3.185.958.530	8,31	2.539.741.703	9,01	25,44
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	6.102.443.984	15,92	3.773.552.339	13,39	61,72
DEMAIS OPERACOES	--	---	--	--	--
NAO DECLARADA	--	---	--	--	--

Fonte: MDIC/SECEX

Tabela 8 Importações do Brasil por fator agregado 1998-10
8-a Valores em US\$ mil

Ano/mês	Básicos	Industrializados (A+B)	Semimanufaturados (A)	Manufaturados (B)	Operações especiais	Total
1998	7.372.135	50.391.341	1.709.988	48.681.353	--	57.763.476
1999	6.106.051	43.195.507	1.562.111	41.633.395	--	49.301.558
2000	7.396.166	48.454.497	2.100.479	46.354.018	--	55.850.663
2001	6.987.421	48.614.337	1.894.919	46.719.418	--	55.601.758
2002	7.200.655	40.041.999	1.683.810	38.358.189	--	47.242.654
2003	8.606.707	39.718.860	1.928.643	37.790.217	--	48.325.567
2004	12.299.300	50.536.316	2.818.912	47.717.404	--	62.835.616
2005	13.674.826	59.925.550	3.169.299	56.756.251	--	73.600.376
2006	17.163.124	74.187.717	4.305.401	69.882.315	--	91.350.841
2007	21.773.510	98.843.936	5.659.606	93.184.330	--	120.617.446
2008	31.631.128	141.353.640	8.860.067	132.493.573	--	172.984.768
2009	18.780.651	108.924.286	5.102.769	103.821.517	--	127.704.937
Jan-mar	4.252.825	23.936.555	751.564	23.184.993	--	28.189.382
2010	5.404.226	32.933.229	1.508.340	31.424.889	--	38.337.455
Jan-mar	5.404.226	32.933.229	1.508.340	31.424.889	--	38.337.455

Fonte: MDIC/SECEX

8-b Participação % no total

Ano/mês	Básicos	Industrializados (A+B)	Semimanufaturados (A)	Manufaturados (B)	Operações especiais	Total
1998	12,76	87,24	2,96	84,28		100,00
1999	12,39	87,61	3,17	84,45		100,00
2000	13,24	86,76	3,76	83,00		100,00
2001	12,57	87,43	3,41	84,03		100,00
2002	15,24	84,76	3,56	81,19		100,00
2003	17,81	82,19	3,99	78,20		100,00
2004	19,57	80,43	4,49	75,94		100,00
2005	18,58	81,42	4,31	77,11		100,00
2006	18,79	81,21	4,71	76,50		100,00
2007	18,05	81,95	4,69	77,26		100,00
2008	18,29	81,71	5,12	76,59		100,00
2009	14,71	85,29	4,00	81,30		100,00
Jan-mar	15,09	84,91	2,67	82,25		100,00
2010	14,10	85,90	3,93	81,97		100,00
Jan-mar	14,10	85,90	3,93	81,97		100,00

Fonte dos dados brutos: MDIC/SECEX

8-c Variação % sobre igual período do ano anterior

Ano/mês	Básicos	Industrializados (A+B)	Semimanufaturados (A)	Manufaturados (B)	Operações especiais	Total
1998						
1999	-17,17	-14,28	-8,65	-14,48		-14,65
2000	21,13	12,17	34,46	11,34		13,28
2001	-5,53	0,33	-9,79	0,79		-0,45
2002	3,05	-17,63	-11,14	-17,90		-15,03
2003	19,53	-0,81	14,54	-1,48		2,29
2004	42,90	27,24	46,16	26,27		30,03
2005	11,18	18,58	12,43	18,94		17,13
2006	25,51	23,80	35,85	23,13		24,12
2007	26,86	33,23	31,45	33,34		32,04
2008	45,27	43,01	56,55	42,18		43,42
2009	-40,63	-22,94	-42,41	-21,64		-26,18
Jan-mar						
2010						
Jan-mar	27,07	37,59	100,69	35,54		36,00

Fonte dos dados brutos: MDIC/SECEX